

Cidadania, Poder e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito 3

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2020

Cidadania, Poder e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito 3

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C568 Cidadania, poder e desenvolvimento no estado democrático de direito 3 / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-480-1

DOI 10.22533/at.ed.801202710

1. Democracia. 2. Estado democrático. 3. Direito. 4. Cidadania. I. (Organizador) Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. II. Título.

CDD 321.8

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em **CIDADANIA, PODER E DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO – VOL. III**, coletânea de dezenove capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, se faz presente discussões de temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica de cidadania que impacta na construção de um estado democrático de direito genuinamente inclusivo, diverso e de/para todos.

Temos, nesse terceiro volume, cinco grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações, nelas estão debates que circundam democracia e administração pública; representação política; violência e prevenção; facetas do conhecimento; e extensão universitária.

Democracia e administração pública traz análises relevantes como bases do ciclo de industrialização, instrumentos de controle, discricionariedade administrativa, meios consensuais de solução de conflitos, imprescritibilidade do ressarcimento ao erário, dano ao patrimônio, contratações públicas e limites da atuação estatal no planejamento familiar.

Em representação política são verificadas contribuições que versam sobre grupos minoritários, atuação legislativa de deputadas federais e estado laico e razão pública.

Na violência e prevenção são encontradas questões relativas a violência doméstica, papel da defensoria pública do estado do Espírito Santo nas audiências de custódia e o PROERD.

Facetas do conhecimento abrange a abordagem social e a manifestação de ideias no universo acadêmico.

Extensão universitária congrega colaborações que retratam questões como direito a informação como requisito de estabelecimento e fortalecimento do ambiente democrático e o Bem-me-quer, a partir da humanização e da saúde.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O PERÍODO PÓS-1929 E A TRANSIÇÃO PARA UM NOVO BRASIL: IMPLICAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS DAS BASES DO CICLO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Leandro Belloc Nunes

DOI 10.22533/at.ed.8012027101

CAPÍTULO 2..... 22

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Pollyane Cunha Ferreira

Jéssica Danielle Ribeiro de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.8012027102

CAPÍTULO 3..... 35

A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E OS PRECEDENTES ADMINISTRATIVOS VINCULANTES TRAZIDOS PELA LEI Nº. 13.655, DE 25 DE ABRIL DE 2018

Edimur Ferreira de Faria

Pollyane Cunha Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.8012027103

CAPÍTULO 4..... 53

DO CONFLITO AO CONSENSO: ANÁLISE DOS MEIOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR REGIDO NA LEI 8.112/90

Fabiano Simon Brunetto

Fernando Cesar Mendes Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.8012027104

CAPÍTULO 5..... 65

IMPRESCRITIBILIDADE DO RESSARCIMENTO AO ERÁRIO NO TEMA 897/STF: EFETIVAÇÃO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA OU INSEGURANÇA JURÍDICA?

Hígor Lameira Gasparetto

Bruna Andrade Obaldia

Cristiano Becker Isaia

DOI 10.22533/at.ed.8012027105

CAPÍTULO 6..... 73

DANO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO: ESTUDO DE UM CASO REFERENTE A DANO AO ERÁRIO NA CIDADE DE BAGÉ, RS

Michel Stein Barbosa

Natacha de Oliveira Stein

Francine Nunes Avila

Lóren Pinto Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.8012027106

CAPÍTULO 7.....	88
A UTILIZAÇÃO DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO COMO FERRAMENTA PARA O APERFEIÇOAMENTO DO REGIME DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRO	
Jacqueline do Socorro Neri Rodrigues Lobão Fernando Peixoto Fernandes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.8012027107	
CAPÍTULO 8.....	104
ANÁLISE JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DA LEI DO PLANEJAMENTO FAMILIAR: ESTABELECIDO LIMITES PARA A ATUAÇÃO ESTATAL	
Beatriz Alves Macena Lima Nathália Leite de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.8012027108	
CAPÍTULO 9.....	112
FORMAÇÃO DE GRUPOS DE PRESSÃO NA REPRESENTATIVIDADE DO PROCESSO POLÍTICO: GRUPOS MINORITÁRIOS	
Thiago Rodrigues Moreira Roberta Rodrigues Costa	
DOI 10.22533/at.ed.8012027109	
CAPÍTULO 10.....	124
ATIVIDADE LEGISLATIVA DAS DEPUTADAS FEDERAIS E SUA TAXA DE SUCESSO NA APROVAÇÃO DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS (1987-2017)	
Geissa Cristina Franco Mariana Lorencetti Maria Cecilia Eduardo	
DOI 10.22533/at.ed.80120271010	
CAPÍTULO 11.....	137
ESTADO LAICO E RAZÃO PÚBLICA: UM CONFRONTO CONCEITUAL COM DETERMINADOS PROJETOS PROPOSTOS PELA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA	
João Luis Binde Ivo Luciano da Assunção Rodrigues José Vinicius da Costa Filho André Valente do Couto	
DOI 10.22533/at.ed.80120271011	
CAPÍTULO 12.....	159
A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: VIVÊNCIAS DE MÃES DE VÍTIMAS DE ABUSOS SEXUAIS INTRAFAMILIAR E MULTIGERACIONALIDADE	
Dionne Lima de Oliveira Dorli João Carlos Marques	
DOI 10.22533/at.ed.80120271012	

CAPÍTULO 13.....	173
VISÃO INTRAMUROS DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO: ANÁLISE DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADA DE AGOSTO DE 2018 A JUNHO DE 2019 NO CENTRO PROVISÓRIO DE DETENÇÃO DE VIANA	
<i>Aline Carolina Motizuky Bonadeu</i>	
DOI 10.22533/at.ed.80120271013	
CAPÍTULO 14.....	187
A EFETIVIDADE DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS (PROERD): UMA RELEITURA DAS PRINCIPAIS PESQUISAS REALIZADAS EM MINAS GERAIS	
<i>Ronald Jean de Oliveira Henriques</i>	
DOI 10.22533/at.ed.80120271014	
CAPÍTULO 15.....	207
ABORDAGEM SOCIAL DO CONHECIMENTO	
<i>Adelcio Machado dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.80120271015	
CAPÍTULO 16.....	214
A MANIFESTAÇÃO DE IDEIAS EM AMBIENTE ACADÊMICO E A RECLAMAÇÃO 33.137 NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	
<i>Celso Lopes Seus</i>	
DOI 10.22533/at.ed.80120271016	
CAPÍTULO 17.....	225
A CONCRETIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ATRAVÉS DO PROJETO DIREITO, INFORMAÇÃO E DEMOCRACIA	
<i>Margaret Darling Bezerra</i>	
<i>Déborah Leite da Silva Holanda</i>	
<i>Anderson Allan Damasceno de Medeiros</i>	
<i>Fernanda Santino Maciel de Oliveira</i>	
<i>Laura Sofia Ortiz Bastos Lemos de Oliveira</i>	
<i>Rawlinson José de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.80120271017	
CAPÍTULO 18.....	229
PROJETO BEM-ME-QUER: A UNIVERSIDADE PELA HUMANIZAÇÃO	
<i>Adriana Elisa Bozzetto</i>	
<i>Emerson Henklain Ferruzzi</i>	
<i>Gleice Magalhães Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.80120271018	
CAPÍTULO 19.....	235
PROJETO BEM-ME-QUER: BENEFICÊNCIA FRENTE AO MECANICISMO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, DE 2007 A 2020	
<i>Emerson Henklain Ferruzzi</i>	

Carla Amélia Ribeiro Coelho
Poliana Lourenço Gomes
DOI 10.22533/at.ed.80120271019

SOBRE O ORGANIZADOR.....	241
ÍNDICE REMISSIVO.....	242

CAPÍTULO 10

ATIVIDADE LEGISLATIVA DAS DEPUTADAS FEDERAIS E SUA TAXA DE SUCESSO NA APROVAÇÃO DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS (1987-2017)

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 07/07/2020

Geissa Cristina Franco

Universidade Federal do Paraná, Departamento
de Ciência Política Curitiba–
Paraná
<http://lattes.cnpq.br/4380872441300251>

Mariana Lorencetti

Universidade Federal do Paraná, Departamento
de Ciência Política, Curitiba – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/8150377354995796>

Maria Cecília Eduardo

Universidade Federal do Paraná, Departamento
de Ciência Política, Curitiba – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/2334970399107469>

RESUMO: Esta pesquisa exploratória tem como objetivo avaliar a produção legislativa das deputadas federais, identificando em que medida os anos de experiência no parlamento (*seniority*) e fazer ou não parte da coalizão de governo se relacionam a maior capacidade de aprovação de proposições legislativas por parte das parlamentares brasileiras. O problema de pesquisa é: Em que medida o número de mandatos das parlamentares e pertencer à coalizão de governo se relacionam ao número de proposições aprovadas pelas deputadas federais? Realizou-se uma coleta de dados das proposições legislativas das deputadas federais entre 1987 a 2017, utilizando o método decisional através de uma análise descritiva

dos dados encontrados. Podemos observar que as deputadas que fazem parte da coalizão e tem mais mandatos na Câmara possuem maior poder de transformar suas proposições em normas legislativas. Isso nos aponta que é necessário aprofundar as análises de como variáveis endógenas e exógenas ao parlamento podem estar conectadas com o comportamento legislativo das deputadas federais, se relacionado por exemplo com o número de proposições legislativas aprovadas por elas.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento legislativo das mulheres, deputadas federais, *seniority*, coalizão.

LEGISLATIVE ACTIVITY OF FEDERAL DEPUTIES WOMEN AND THEIR SUCCESS RATE IN THEIR APPROVAL LEGISLATIVE BILLS (1987-2017)

ABSTRACT: This exploratory research aims to evaluate the legislative production of female federal deputies, identifying the extent to which the years of experience in parliament (*seniority*) and whether or not they are part of the government coalition are related to greater approval capacity of legislative proposals by Brazilians parliamentarians women. The research problem is to what extent are the number of mandates of parliamentarians and belonging to the government coalition related to the number of proposals approved by federal deputies? A collection of data was carried out on the legislative proposals of the women female federal deputies between 1987 and 2017, using the decision method through a descriptive analysis of the data found. We could observe that the deputies that

are part of the coalition, are from leftist parties and have more mandates in the Chamber have greater power to transform their proposals into legislative norms. This shows us that it is necessary to deepen the analysis of how variables endogenous and exogenous to parliament can be connected with the legislative behavior of federal deputies, if related, for example, to the number of legislative proposals approved by them.

KEYWORDS: Legislative behavior of women, female federal deputies, seniority; coalition.

1 | INTRODUÇÃO

Ao pensar em estudos que apresentam o comportamento legislativo de parlamentares mulheres, há pesquisas que analisam o que as parlamentares produzem enquanto proposições legislativas¹, bem como o que elas conseguem aprovar (SAINT-GERMAN, 1989; TAYLOR-ROBSON, HEATH, 2008; CHODOROW, 1978; THOMAS, 1991). Além disso, para que haja o avanço nas pesquisas sobre comportamento legislativo, outros conjuntos de variáveis devem ser levados em conta, para além da temática das matérias legislativas produzidas por deputadas federais. Isso ocorre, pois não devemos apenas nos ater ao comportamento legislativo em si, mas também ao conjunto de explicações que nos apontam o porquê de certas parlamentares aprovarem mais proposições legislativas do que outras.

Neste sentido, as variáveis independentes da pesquisa são *seniority* (número de mandatos) e pertencer ou não a coalizão de governo. Por isso, o objetivo geral desta pesquisa é observar em que medida essas duas variáveis (*seniority* e pertencer ou não à coalizão) estão conectadas ao número de proposições aprovadas por parlamentares mulheres. A pesquisa é empírica e de natureza descritiva. Os dados foram coletados do site da Câmara Federal. Nessa investigação não há teste de hipótese, justamente por apenas trazermos dados que descrevem de forma quantitativa o comportamento legislativo das parlamentares. Podemos colocar como problema de pesquisa: Em que medida o número de mandatos das parlamentares e pertencer à coalizão de governo se relacionam ao número de proposições aprovadas pelas deputadas federais?

Um dos achados da pesquisa é que a variável *seniority* nos aponta uma maior relação com a taxa de sucesso em aprovar proposições legislativas que o pertencimento à coalizão de governo. Assim como, em um N de 191 parlamentares mulheres, 69 delas conseguiram aprovar uma ou mais proposições legislativas. Isso nos mostra que uma quantidade de parlamentares não consegue aprovar nenhum projeto de lei, sendo que essa seria uma das atividades típicas dos legisladores. Talvez pesquisas futuras podem apontar que as parlamentares mulheres de forma geral têm uma atuação mais voltada ao

1. É possível dividir a representação substantiva em duas perspectivas, enquanto processo ou enquanto resultado. A representação substantiva é vista como um processo quando as mulheres mudam a agenda legislativa, e a representação substantiva é entendida como resultado, no momento em que as legisladoras femininas têm sucesso em passar leis de direito para mulheres ou outras proposições legislativas de forma geral (Susan FRACESCET, Jennifer PISCOPO, 2008).

distributivismo de emendas por exemplo para a reeleição do que uma atuação legislativa mais consolidada.

2 I A PRODUÇÃO LEGISLATIVA DAS DEPUTADAS FEDERAIS

Na década de 70 foram iniciados os estudos que questionavam o porquê de as mulheres serem sub-representadas na política. Essas pesquisas começaram a observar o *background* e as características daquelas que ocupavam cargos de liderança (TAYLOR-ROBSON e HEATH, 2008). Foi na década de 1990 que os trabalhos sobre produção legislativa feminina tiveram seu apogeu, especialmente os que apresentavam uma análise comparativa entre as assembleias legislativas estadunidenses de diferentes estados (SAINT-GERMAIN, 1989). Esses trabalhos averiguaram (i) qual a agenda das proposições legislativas apresentadas pelas parlamentares, (ii) se essas tinham interesse na agenda sobre direito para as mulheres, e (iii) se há uma diferença na forma como mulheres e homens atuam no legislativo (SAINT-GERMAN, 1989; TAYLOR-ROBSON e HEATH, 2008, CHODOROW, 1978; THOMAS, 1991)

Um dos principais achados desses estudos é que as legisladoras, sejam elas de países industrializados ou não, tendem a produzir proposições legislativas sobre mulheres. Isso quer dizer que elas priorizam mais a agenda voltada ao direito feminino que os próprios homens. Além disso, elas legislam de maneira diferente deles, especialmente no tocante a questões de gênero (TAYLOR-ROBSON e HEATH, 2003; FRANCESCHET e PISCOPO 2008; MIGUEL, 2012; SCHWINDT-BAYER, 2006). A ideia central é que as mulheres são mais discriminadas que os homens, e por isso, irão produzir matérias legislativas mais voltadas sobre gênero, já que entendem a importância do tema. No entanto, grupos menores, com menos de 15%, teriam uma menor probabilidade de produção até mesmo nessa área (SAINT-GERMAIN, 1989).

Ainda sobre a dinâmica legislativa, muitos estudos apontam que há uma marginalização das parlamentares nessas arenas. (CHILDS, 2004; HEATH, SCHWINDT-BAYER e TAYLOR-ROBINSON, 2005). Um debate que questiona a suposta neutralidade com relação a gênero assumida pelas regras organizacionais do processo decisório. No caso argentino, por exemplo, a introdução de cotas de gênero levou a um aumento no número de proposições de projetos de lei por parte das deputadas, porém, essas enfrentam grandes dificuldades na aprovação de seus textos. (FRANCESCHET e PISCOPO, 2008).

Pesquisas realizadas em países com cotas de gênero mostraram que as parlamentares são mantidas fora de importantes posições de lideranças e também dos principais comitês legislativos (HEATH, SCHWINDT-BAYER e TAYLOR-ROBINSON, 2005; REZENDE, 2017). Sendo assim, analisar a atuação legislativa das parlamentares dando ênfase em grande medida ao percentual de cadeiras que elas ocupam e ao tema proposto por elas, não é suficiente para entender a atuação feminina nessa instituição. Um exemplo

disso é o parlamento britânico, onde, mesmo que as mulheres busquem ter êxito na agenda de gênero, há barreiras institucionais que impedem uma atuação mais livre das mesmas (NORRIS, 1996).

Vemos então que, um dos fatores apontados para essa diferença de tratamento e atuação dos/as parlamentares são as normas institucionais. Uma vez que, instituições legislativas frequentemente favorecem mais os/as *incumbents* do que os/as novatos/as. Mesmo em legislaturas com alta rotatividade, existe, geralmente, um pequeno grupo de legisladores que possuem uma carreira mais longa (*seniority*) e que domina os cargos de liderança (JONES et al. 2002; SQUIRE 1988). Com isso, as pessoas recém-chegadas são prejudicadas por esse atributo e, muitas vezes, devem esperar vários mandatos para terem sua influência aumentada.

Sabemos que numa comparação entre homens e mulheres, a *seniority* contará muito mais para os primeiros, devido à ocupação exclusivamente masculina, durante muito tempo, desses espaços de poder. Porém, salientamos que nossa proposta é fazer uma comparação entre as deputadas, tentando entender como esse quesito pesa no processo de aprovação de uma lei.

Apresentaremos nos dados se as deputadas federais que fazem parte da coalizão de governo ou não têm alguma conexão com a maior aprovação de matérias legislativas. Neste sentido, é necessário entender que coalizões legislativas podem ser entendidas como um conjunto de legisladores de diferentes partidos que votam junto (CHEIBUB, 2004). Questões como a proximidade ideológica contam na segunda onde de estudos sobre coalizões (De Swaan, 1973). Trazer um recorte de gênero para a análise de deputadas que estão na coalizão pode ser importante para acharmos novas formas de avaliar o comportamento legislativo.

3 | MÉTODOS

É importante salientar que essa pesquisa se encontra dentro da Ciência Política na abordagem do Neoinstitucionalismo da Escolha Racional, visto que avaliamos o papel das instituições para determinados resultados políticos (HALL; TAYLOR, 2003). Essa corrente de pensamento surgiu na década de 70, a partir das análises dos cientistas políticos a respeito do funcionamento do Congresso norte-americano. Procurava-se compreender, dentro dos variados tipos de legisladores que possuem escalas de preferências diferentes, o porquê de haver estabilidade nas decisões políticas. As respostas de boa parte dos cientistas políticos para essa questão se relaciona às instituições, na medida em que elas “resolvem boa parte dos problemas de ação coletiva enfrentados pelos legisladores” (Idem, p. 203).

Nessa perspectiva, avalia-se como as normas de uma instituição determinam o comportamento e a preferência dos atores políticos, uma vez que:

(...) os atores pertinentes compartilham um conjunto determinado de preferências ou de gostos (conformando-se habitualmente a condições muito precisas, como o princípio da transitividade) e se comportam de modo inteiramente utilitário para maximizar a satisfação de suas preferências, com frequência num alto de estratégia, que pressupõe um número significativo de cálculos” (HALL; TAYLOR, 2003, p. 205).

Pensando nesta pesquisa, compreendemos que as instituições, no caso, Câmara Federal, moldam um tipo de comportamento tanto dos deputados como das deputadas federais, e que as parlamentares agem a conquistar seus próprios objetivos dentro desse espaço de poder.

Os dados foram coletados do site da Câmara Federa. Nele, foi acessada a aba “Atividade Legislativa” e em seguida a opção “Projetos de Lei e outra proposição”. Na página que é aberta, especifica-se o tipo de proposição que se pretende coletar, nesse caso: Projeto de Lei – PL, Projeto de Lei Complementar – PL e Proposta de Emenda a Constituição- PEC, e o nome da deputada federal. Após delimitar a pesquisa, clica-se em pesquisar e como resultado temos todos os projetos produzidos pela parlamentar selecionada. Nessa nova aba é possível gerar um dado bruto dos projetos produzidos pelas deputadas em formato de planilha do Excel, na qual são apresentadas diretamente sem coleta as informações: *(i) proposições (qual o número da proposição); (ii) ementa (do que se trata o projeto); (iii) autor (de quem é autoria do projeto, se é em conjunto é apresentado quem são os outros deputados); (iv) UF (estado da deputada que está apresentando o projeto); (v) partido que parlamentar está ou estava quando produziu a proposição; (vi) data de apresentação do projeto; (vii) situação do projeto (tramitando, aprovado, rejeitado).*

Essas informações foram apresentadas numa planilha de Excel, contendo as proposições de todas as deputadas eleitas, desde 1987 até 2017. Lembrando que alguns projetos são individuais e outros feitos em conjunto com outras parlamentares. O próximo passo foi a construção das novas variáveis por meio da leitura dos textos do processo legislativo. Em especial um artigo chamado “Teoria e Método nos Estudos Sobre o Legislativo Brasileiro: uma revisão da literatura no período 1994/2005”, de Manoel Santos de 2008. No texto o autor explica as variáveis endógenas e exógenas que podem ser usadas nos estudos do legislativo.

<i>Tipo de variável</i>	<i>Variável coletada</i>	<i>Descrição da variável</i>
Variáveis endógenas	Situação do Projeto	Verificar se a proposição legislativa está em tramitação, foi aprovada ou foi rejeitada
	Número de mandatos ocupados pela deputada, como medida de <i>seniority</i>	“Conjunto de variáveis relativas à carreira do parlamentar especificamente no interior do Legislativo” (SANTOS,2008, p.6).
Variáveis exógenas	Posição da parlamentar, sendo “Governo” ou “Oposição”	“Posição política de um parlamentar em um determinado governo” (SANTOS, 2008, p.5).

Quadro 1: Breve descrição dos aspectos aqui buscados como variáveis

Fonte: as autoras, utilizando classificações conforme presentes no texto de Santos (2008)

Na categoria governo x oposição a classificação das deputadas federais serem do governo ou da oposição é feita a partir da literatura que trata sobre o tema. Utilizamos o Amorim Neto (2000) no artigo “Gabinetes Presidenciais, Ciclos Eleitorais e disciplina legislativa no Brasil”, o Inácio e Rezende (2015) em seu artigo denominado “Partidos Legislativos e governo de coalizão: controle horizontal das políticas públicas” apresentam quais foram os partidos da coalizão do governo Fernando Henrique Cardoso ao Luís Inácio Lula da Silva. O trabalho de Pereira (2017) apresenta a coalizão presente no governo Dilma. Sobre o Governo Temer interpreta-se a coalizão de seu governo a partir do dia 17/05/2016 até final de 2017 como essa classificação de coalizão utilizada pela (FGV-DAPP, 2016). A classificação dos partidos da coalizão e oposição nessa sequência histórica pode ser vista no Quadro 2.

<i>Mandato</i>	<i>Partidos da coalizão</i>	<i>Período de vigência do Gabinete, formato Início/Fim</i>
Sarney, Collor e Franco	PMDB, PFL, PSDB	Jan.1987/Dez. 1994
FHC I 1	PSDB-PFL-PMDB-PTB	Jan.1995/Abr.1996
FHC I 2	PSDB-PFL-PMDB-PTB-PPB	Abr.1996/Dez.1998
FHC II 1	PSDB-PFL-PMDB-PPB	Jan.1999/Mar.2002
FHC II 2	PMDB-PPB-PSDB	Mar.2002/Dez.2002
LULA I 1	PT-PL-PCdoB-PSB-PTB-PDT-PPS-PV	Jan.2003/Jan.2004
LULA I 2	PT-PL-PCdoB-PSB-PTB-PPS-PV-PMDB	Jan.2004/Jan.2005
LULA I 3	PT-PL-PCdoB-PSB-PTB-PV-PMDB	Fev.2005/Mai.2005
LULA I 4	PT-PL-PCdoB-PSB-PTB-PMDB	Mai.2005/Jul.2005
LULA I 5	PT-PL-PCdoB-PSB-PTB-PP-PMDB	Jul.2005/Jan.2007
LULA II 1	PT-PCdoB-PSB-PTB-PP-PMDB-PDT	Jan.2007/Abr.2007
LULA II 2	PCdoB-PDT-PMDB-PP-PR-PRB-PSB-PT-PTB-PV	Abr.2007/Ago.2009
LULA II 3	PCdoB-PDT-PMDB-PP-PR-PRB-PSB-PT-PTB	Ag.2009-Mar.2010
Dilma I 1	PT-PMDB-PSB-PR-PP-PDT-PCdoB-PRB	2011/2012

Dilma I 2	PT-PMDB-PSD-PR-PP-PDT-PCdoB-PRB.	2013/2014
Dilma II 1	PT-PMDB-PSD-PR-PP-PDT-PCdoB-PRB-PTB-PROS	2015
Dilma II 2	PT-PP-PR-PDT-PCdoB-PTB	Jan.2016 / 16/05/2016
Temer	DEM, PSDB, PPS, PMDB, PSD, PSB, PR, PRB, PV, PTB	17/05/2016 / Dez. 2017

Quadro 2 – Partidos da coalizão de 1987 a 2017

Fonte: As autoras, utilizando a classificação de Amorim Neto (2000), Inácio e Rezende (2015), Pereira (2017) e (FGV-DAPP, 2016).

Considerando que o presente recorte temporal é de mais de três décadas, o agrupamento de legislaturas pode nos fazer perder alguns detalhes ligados aos posicionamentos das parlamentares, o que pode tornar o binarismo “oposição versus governo” insuficiente diante da heterogeneidade ideológica da Câmara. Por fugir da investigação de natureza racional proposta, não será analisado o posicionamento ideológico. A prioridade ao observar o partido da parlamentar é, aqui, determinar uma relação entre o ambiente político e as estratégias envolvidas no avanço de carreiras femininas e aprovação dos projetos e propostas das mulheres da Câmara.

4 | DADOS ENCONTRADOS

O corpus de análise do trabalho corresponde a 4.661 proposições legislativas produzidas pelas deputadas federais, sendo elas: PL, PLP e PEC. É importante salientar que a contagem total são os projetos que as deputadas federais foram autoras, bem como os projetos que elas produziram em parceria com outros deputados e deputadas. Além disso, foram coletadas também as proposições legislativas das deputadas federais que foram suplentes de um deputado ou uma deputada, visto que elas atuaram no legislativo também.

Sobre as PL's, PEC's e PLP's produzidas, é observado que foram produzidos 4.245 PL's, 125 PLP's e 291 PEC's. No que se refere a quantidade de produção legislativa produzida por deputadas eleitas e a quantidade produzida por suplentes vemos que, tirando dessa análise as matérias legislativas em coautoria, temos 4.370 proposições legislativas, dessas 4.109 foram produzidas por deputadas eleitas e 261 por suplentes. 94,03% das proposições legislativas enviadas individualmente por parlamentares mulheres foram produzidas pelas deputadas eleitas. 35 deputadas fazem parte da amostra das deputadas suplentes e há 166 deputadas que fazem parte da amostra de deputadas eleitas, sendo que há deputadas que em determinadas legislaturas foram eleitas e em outras suplentes. Nesse sentido, a análise recai em 201 deputadas que estiveram presentes na Câmara nesses 31 anos.

Boa parte das legisladoras têm pouca capacidade de aprovação de proposições legislativas enviadas, conforme visto no Quadro 3, a seguir. Na amostra de 191 deputadas, apenas 69 deputadas aprovaram alguma proposição legislativa, o que corresponde a 36,13% da amostra total do número de deputadas. Destas, 46 parlamentares aprovaram apenas uma matéria legislativa, e quatro deputadas obtiveram aprovação de cinco ou mais proposições legislativas. São elas: Sandra Rosado e Vanessa Grazziotin com cinco proposições legislativas aprovadas; Rita Camata, com nove proposições legislativas aprovadas, e Luiza Erundina, com nove proposições aprovadas. Das cinco proposições legislativas aprovadas por Vanessa Grazziotin, três foram no primeiro mandato e duas no segundo. Das cinco proposições legislativas aprovadas por Sandra Rosado, duas foram no primeiro mandato, e três em seu terceiro mandato.

Número de deputadas	Quantidade de proposições aprovadas
122 Deputadas	Nenhuma das propostas aprovada
69 Deputadas	Conseguiram aprovação de propostas
<i>Das 69 deputadas que obtiveram aprovação de projetos:</i>	
46 Deputadas	Apenas uma proposta aprovada
9 Deputadas	Duas propostas aprovadas
8 Deputadas	Três propostas aprovadas
6 Deputadas	Quatro propostas aprovadas
Duas deputadas	Cinco proposições aprovadas
Duas deputadas	Nove proposições aprovadas

Quadro 3: Número de proposições aprovadas

Fonte: Quadro produzido pelas autoras de acordo com os dados coletados no site da Câmara

Um ponto apresentado na literatura é sobre a relação entre fazer ou não parte da coalizão do governo com a capacidade de aprovação de proposições legislativas. Nessa análise, apenas observamos 4370 proposições legislativas, já que as proposições com coautoria são retiradas da verificação, uma vez que a prioridade é compreender comportamento estratégico individual. A análise de propostas em coautoria pode trazer consideráveis *insights* a respeito de parceria e colaboração como atitude estratégica, sendo sugerida para trabalhos posteriores.

A partir do quadro 4, é possível observar que as deputadas da coalizão aprovaram mais proposições legislativas (94) do que as deputadas da oposição (46). Todavia, as deputadas da coalizão apresentaram 2798 proposições legislativas e, as da oposição, 1572. Assim, analisando proporcionalmente, é concluído que as deputadas da coalizão conseguiram aprovar 3,36% do que enviaram, enquanto as da oposição aprovaram 2,93% do que enviaram.

Oposição	2,93% das proposições aprovadas <i>1572 proposições, 46 aprovadas</i>
Coalizão do governo	3,36% das proposições aprovadas <i>2798 proposições, 94 aprovadas</i>

Quadro 4: Proporção de projetos aprovados, segundo posição com relação ao governo (“Oposição” versus “Situação”)

Fonte: Quadro produzido pelas autoras de acordo com os dados coletados do site da Câmara Federal.

Um questionamento que deve ser feito se refere ao número de deputadas que compunham a coalizão e o número de deputadas que compunham a oposição. Tirando o número de deputadas que fizeram parte tanto do governo quanto da oposição enquanto parlamentares temos que 73 das deputadas estiveram na coalizão de governo, 35 deputadas estiveram oposição e 93 fizeram parte da coalizão e da oposição em momentos distintos. Tirando da verificação as parlamentares que estiveram na coalizão e na oposição em momentos diferentes, percebemos que há um número maior de deputadas na coalizão, e isso pode influenciar na quantidade de proposições legislativas aprovadas.

Um dos motivos para ter uma menor aprovação com o decorrer das legislaturas é que se encontra mais difícil uma deputada federal conseguir permanecer na Câmara durante várias legislaturas, na medida em que há uma renovação parlamentar alta. Os dados sobre renovação parlamentar apresentam que em média a cada nova legislatura, há uma renovação parlamentar de 40% dos deputados e deputadas federais (SANTOS, 2000). Por isso, com o decorrer das legislaturas o número de proposições legislativas aprovadas diminui, visto que o número de parlamentares reeleitas diminui.

Nos dados encontrados é possível observar que apenas sete legisladoras têm cinco mandatos, sendo elas: Elcione Barbalho, Fátima Pelaes, Jandira Feghali, Luiza Erundina, Marinha Raupp, Rita Camara e Rose Freitas. Essas 7 legisladoras produziram 73 proposições legislativas. As que estão em seu sexto mandato são apenas Jandira Feghali e Rose Freitas, as duas em seu sexto mandato produziram 22 proposições legislativas.

<i>Mandato na CD no ano da proposição</i>	<i>Proporção de proposições aprovadas</i>
Primeiro mandato	2,94% <i>70 aprovações, 2387 proposições</i>
Segundo mandato	4,02% <i>43 aprovações, 1071 proposições</i>
Terceiro mandato	3,09% <i>17 aprovações, 550 proposições</i>

Quarto mandato	2,62% <i>7 aprovações, 267 proposições</i>
Quinto mandato	4,11% <i>3 aprovações, 73 proposições</i>
Sexto mandato	- <i>22 proposições, nenhuma aprovada</i>

Quadro 5: Índice de aprovação de projetos, comparado por número de mandatos parlamentares

Fonte: Quadro produzido pelas autoras, com dados coletados no site da Câmara

A soma de toda a produção legislativa das deputadas que estavam em seu primeiro mandato deu um total de 2387 proposições legislativas e elas aprovaram 70, ou seja, elas conseguiram ter uma taxa de sucesso de 2,94%. No segundo mandato essa taxa de sucesso é de 4,02%, no terceiro 3,09%, no quarto mandato é de 2,62%, no quinto de 4,11%. Percebemos que avaliando a taxa de sucesso por mandato é possível observar que quanto mais mandatos, maior é a chance de serem aprovadas proposições legislativas, havendo apenas uma diminuição no quarto mandato que foi para 2,62%.

Pode ser apontado que os dados referentes ao quinto e sexto mandato legislativo não produzem proporções consistentes por se tratar de um número pequeno de parlamentares. Contamos apenas com sete instâncias de deputadas em seu quinto mandato, e apenas duas delas estavam em seu sexto mandato ao fazer suas proposições.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da variável dependente “situação das proposições” é fruto da observação de estudos legislativos que analisam a atuação parlamentar não só na construção de agendas, mas também na capacidade de transformação de propostas legislativas em políticas públicas por parte de legisladoras mulheres. Por isso, é necessário em estudos sobre produção legislativa de deputadas federais não apenas deter variáveis independentes voltadas a temática de proposições, mas também trazer novas variáveis, já que o processo legislativo é complexo e o jogo político pode determinar que legisladora estará em uma determinada posição na arena legislativa. As variáveis independentes “*seniority*” e “compôr a coalizão ou não” surgem como possíveis análises para compreender a atuação legislativa das deputadas, já que a variável “gênero” por si só não é suficiente para analisar o comportamento legislativo, visto que deputados federais homens têm pouca capacidade de aprovar propostas legislativas também se compararmos com a taxa de sucesso do poder executivo.

Com a análise da produção legislativa feminina, mais especificamente o número de proposições feitas e aprovadas pelas parlamentares, podemos destacar que, no período

de tempo observado, as deputadas eleitas apresentaram mais propostas que as deputadas suplentes. Levando em consideração somente a produção individual, das 4.370 proposições legislativas, 4.109 foram produzidas pelas eleitas e 261 pelas suplentes.

Em relação à aprovação, notamos que a maioria das legisladoras têm pouca capacidade de fazer com que suas proposições legislativas enviadas sejam aprovadas. Nesse sentido, devemos lembrar que a dificuldade de aprovação de proposta está ligada à baixa permanência das parlamentares na Câmara, visto que a taxa de renovação parlamentar é alta.

Destacamos também o alto número de proposições apresentadas pelas deputadas em seu primeiro mandato, juntamente com sua baixa taxa de sucesso. A qual aumenta durante o decorrer dos próximos mandatos e sofre uma pequena diminuição no quarto mandato. Em relação a fazer parte ou não coalizção, os dados mostram que parlamentares que participaram da coalizção do governo tiveram mais proposições legislativas aprovadas do as que participaram da oposição. Lembrando que o número de proposições do primeiro grupo foi maior do que do segundo.

O presente texto reafirma a relação entre expertise e longevidade de carreiras, tal expertise se traduzindo na habilidade em gerar proposições de forma constante e consistente, lidando com a dificuldade de aprovação de projetos no legislativo nacional. Dentro do extenso recorte temporal analisado, encontramos que legisladoras alinhadas ao governo criam mais proposições e têm tais proposições aprovadas com maior frequência, e deputadas de carreira estabelecida têm fluxo similar de produção legislativa.

Além da *seniority*, é possível especular uma relação entre alinhamento ao governo e índice de aprovação. Não é claro se o alinhamento ao governo traz similar vantagem aos homens deputados, mas é sabido que legisladoras posicionadas mais “à situação” aprovam, proporcionalmente, mais de suas propostas.

É reconhecido que alguns aspectos individuais e contextuais da carreira de mulheres no legislativo possam produzir ainda outros achados relevantes - pensar a relação entre produção, carreira e ideologia, ou entender se a temática legislativa se relaciona com o perfil das carreiras das deputadas, sendo apenas alguns exemplos. No entanto, é satisfatório compreender que, enquanto novatas produzem projetos legislativos nos mais diversos ritmos, mas a carreira consolidada é feita de produção constante, ainda que não excessivamente prolífica. A combinação entre consistência de ritmo e aumento de chances de aprovação significa que as legisladoras aprendem, ao longo de sua carreira, o suficiente a respeito do jogo legislativo para fazer propostas que, ainda em menor número, são apreciadas e aprovadas mais frequentemente.

REFERÊNCIAS

AMORIM NETO, Octavio, 2000. **Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil**. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 43, n° 2, p. 479-519.

BRATTON, Kathleen, A., 2005. **Critical Mass Theory Revised: The behavior and Success of Token Women** in State Legislatures. Cambridge University Press, p.97-125.

CHEIBUB, José Antonio. **Government Coalitions and legislative success under presidentialism and parliamentarism**. *British Journal of Political Science*, p.565-587. Out, 2004.

CHILDS, Sarah, 2004. **A Feminised Style of Politics? Women MPs in the House of Commons**. *British Journal of Politics and International Relations* 6 (1): 3–19.

CHODOROW, Nancy. 1978. **The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender**. Berkeley, CA: University of California Press.

De SWANN, A. 1973. **Coalition Theories and Cabinet Formations: A Study of Formal Theories of Coalition Formation Applied to Nine European Parliaments after 1918**. *Elsevier*, Amsterdam.

FGV DAPP. Governo Temer distribui mais de 80% do orçamento federal entre partidos da coalizão. 2016. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/governo-temer-distribui-mais-de-80-do-orcamento-federal-entre-os-partidos-da-coalizacao/>. Acessado em: 09/10/2018.

FRANCESCHET, Susan, and Jennifer M. PISCOPO. 2008. **Gender Quotas and Women's Substantive Representation: Lessons from Argentina**. *Politics & Gender* 4: 393–425.

GILLIGAN, Carol, 1982. *In Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

GREY, Sandra, 2002. **Does Size Matter? Critical Mass and New Zealand's Women MPs**. *Parliamentary Affairs* 55 (1): 19–29.

HALL, Peter A; TAYLOR, Rosemary C.R. **As três versões do neoinstitucionalismo**. *Lua Nova*, n.58, 2003. p.193-224.

HEATH, Roseanna Michelle, Leslie A. SCHWINDT-BAYER, and Michelle M. TAYLOR-ROBINSON, 2005. **Women on the Sidelines: Women's Representation on Committees in Latin American Legislatures**. *American Journal of Political Science* 49 (2): 420–36.

INACIO, Magna; REZENDE, Daniela, 2015. **Legislative parties and coalition government: horizontal control of public policy**. *Opin. Pública* [online], vol.21, n.2, pp.296-335. ISSN 0104-6276. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912015212296>.

JONES, Mark, SEBASTIAN SAIEGH, Pablo T. Spiller and Mariano TOMMASI, 2002. **Amateur Legislators – Professional Politicians: The Consequences of Party-Centered Electoral Rules in a Federal System**. *American Journal of Political Science* 46 (3): 656–69.

KANTER, Rosabeth M., 1977. **Some Effects of Proportion on Group Life: Skewed Sex Ratios and Responses to Token Women**. *American Journal of Sociology* 82:965-990.

KAREVEL, Yann P., ATKESON, Lonna Rae, 2013. **Explaining the Marginalization of Women in Legislative Institutions.** *The Journal of Politics*, Vol. 75, No. 4, October, Pp. 980–992.

MIGUEL, Luis Felipe, 2012. **Policy Priorities and Women's Double Bind in Brazil.** In *The Impact of Gender Quotas*, eds. Susan Franceschet, Mona Lena Krook, and Jennifer M. Piscopo. New York: *Oxford University Press*, 103–18.

NORRIS, Pipa, 1996. **Women politicians: transforming Westminster?** *Oxford University Press*.

PEREIRA, Celina, 2017. **Medindo a governabilidade no Brasil: O presidencialismo de coalizão nos governos FHC, Lula e Dilma.** Dissertação (Mestrando em Ciência Política) – Universidade de Brasília – UNB. Brasília, p. 87.

REZENDE, Daniela Leandro, 2017. **Desafios à representação política de mulheres na câmara dos deputados.** *Rev. Estud. Fem.* vol.25 no.3 Florianópolis Sept./Dec.

SAINT-GERMAN, Michelle A., 1989. **Does their difference make a difference? The impact of Women on Public Police in the Arizona Legislature.** *Social Science Quarterly*, vol.70, n.4, dez., University of Texas Press.

SCHWINDT-BAYER, Leslie A, 2006. **Still Supermadres? Gender and the Policy Priorities of Latin American Legislators.** *American Journal of Political Science* 50 (3): 570–85.

SINKKONEN, Sirkka, and Elina Haavio-Mannila, 1981. **The Impact of the Women's Movement and Legislative Activity of Women MPs on Social Development.** In *Women, Power and Political Systems*, ed. *Margherita Rendel*. New York: St. Martin's.

SKJEIE, Hege. 1991. **The Rhetoric of Difference: On Women's Inclusion into Political Elites.** *Politics & Society* 19:233-263.

SQUIRE, Peverill, 1988. **Member Career Opportunities and the Internal Organization of Legislatures.** *Journal of Politics* 50 (3): 726–44.

TAYLOR-ROBSON, Michelle; HEATH, Roseanna Michelle. **Do women legislators have different policy priorities than their male colleagues?** *Women & Politics*, vol. 24(4), 2003. http://dx.doi.org/10.1300/J014v24n04_04

THOMAS, Sue, 1991. **The Impact of Women on State Legislative Policies.** *Journal of Politics* 53 (4): 958–76.

THOMAS, Sue, 1994. **How Women Legislate.** New York: *Oxford University Press*.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração Pública 22, 23, 26, 27, 31, 32, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 60, 62, 63, 66, 69, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 90, 91, 93, 96, 97, 101

Ambiente Acadêmico 169, 214

Atividade Legislativa 124, 128

Atuação Estatal 104

Audiência de Custódia 173, 174, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185

C

Cidadania 2, 20, 26, 28, 30, 33, 115, 116, 117, 119, 160, 169, 178, 191, 193, 204, 224

Conhecimento 18, 20, 25, 72, 81, 86, 97, 98, 101, 120, 123, 168, 169, 194, 195, 196, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 225, 226

Contratações Públicas 88, 89, 90, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101

Controle 16, 22, 23, 25, 26, 31, 32, 33, 51, 66, 69, 77, 95, 98, 105, 110, 129, 163, 166, 167, 192, 215, 216, 219, 224, 227

D

Dano 13, 67, 73, 74, 78, 79, 80, 82, 83, 181

Defensoria Pública 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186

Democracia 9, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 102, 112, 120, 121, 137, 139, 144, 146, 147, 149, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 222, 223, 225, 226, 227, 228

Discrecionalidade 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 45, 47, 49, 51, 55

E

Estado Democrático de Direito 2, 24, 31, 33, 40, 47, 48, 57, 71, 142, 143, 176, 222, 237

Estado Laico 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 152, 154, 155, 157, 158

Extensão Universitária 225

F

Frente Parlamentar Evangélica 137, 138

G

Grupos Minoritários 112, 113, 116, 117

H

Humanização 190, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 237, 239, 240

I

Imprescritibilidade 65, 67, 68, 69, 70, 71, 76

Industrialização 1, 3, 7, 14, 15, 16, 18, 19

Informação 28, 57, 95, 98, 193, 199, 210, 211, 222, 225, 226, 227, 228

M

Manifestação de Ideias 214

Meios Consensuais 53, 54, 59, 61, 62, 63

Moralidade Administrativa 30, 65, 66, 69, 70, 71

Mulher 105, 111, 114, 115, 116, 160

P

Patrimônio Público 30, 67, 68, 70, 73, 74, 76, 79, 80, 82

Poder 2, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 36, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 56, 63, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 88, 90, 94, 95, 99, 100, 107, 108, 110, 113, 115, 117, 118, 124, 127, 128, 133, 138, 139, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 153, 167, 170, 178, 215, 216, 217, 219, 221, 223, 224, 231

Processo Administrativo Disciplinar 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 77

Processo Político 26, 112, 113, 115, 117, 119, 120, 121, 122

Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206

Projeto Bem-me-quer 229, 233, 235, 236, 237, 238, 239

R

Representatividade 112, 113, 115

S

Saúde 109, 110, 115, 119, 150, 152, 159, 160, 163, 165, 167, 168, 170, 171, 200, 204, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240

T

Transição 1, 2, 5, 167

V

Violência Doméstica 159, 160, 166

Cidadania, Poder e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020

Cidadania, Poder e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020